

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS  
CÂMPUS DE PALMAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU*  
PPGPJDH



ACNO 11 (103 Norte)-Conjunto 03-Lote 2 Rua NO 11 COM AV. NS 01 - 77001-036-Palmas-TO|  
(63) 3218-4247 | [www.uft.edu.br/prestacaojurisdicional](http://www.uft.edu.br/prestacaojurisdicional) | ppgpjdh@uft.edu.br

**PROGRAMA DE DISCIPLINA**  
**TECNOLOGIAS APLICADAS À PRESTAÇÃO JURISDICIONAL**

**INFORMAÇÕES GERAIS**

**Código:** CHU1531 | **Créditos:** 02 | **Carga Horária:** 30 horas-aula | **Tipo:** Optativa

**Professores:**

Prof. Dr. David Nadler Prata

**Matrícula:**

1543926

**1 EMENTA**

Informática jurídica e direito da internet. Informática jurídica e ferramentas de Judiciário. A informatização dos processos no Brasil. Análise dos trabalhos nacionais e internacionais sobre tecnologia da informação voltada para o Poder Judiciário. Necessidade, eficiência e viabilidade do processo eletrônico. Celeridade processual, técnicas e procedimentos informatizados. Acesso a bases de dados e catalogação processual. Formação técnica. Oficialidade dos atos judiciais e informatização dos procedimentos. Etapas de desenvolvimento dos procedimentos eletrônicos. Expediente e andamento processual: técnicas e dinâmicas de organização. Fundamentos de Sistemas de Informação. O Valor da Informação e do Conhecimento para a Estratégia Empresarial. Classificação dos sistemas de informação. Conceitos básicos de redes de computadores: Tipos de redes. Inteligência Artificial. Resolução de problemas. Métodos de busca. Conhecimento e raciocínios precisos e imprecisos. Aprendizagem. Aprendizagem de Máquina. Mineração de dados. Regressão. Segurança da Informação. Segurança em sistemas. Controles de acesso. Crimes por computador. Mecanismos de segurança: Proxy, Firewall, VPN, IDS. Direito digital.

**2 OBJETIVOS**

**2.1 Geral:**

Atualmente o profissional da área jurídica necessita desenvolver conhecimentos e habilidades na esfera digital. Precisa ir além de saber digitar ou operar computadores, mas também aprender como os computadores raciocinam para suporte a tomada de decisão, quais recursos são e/ou podem ser utilizados.

**2.2 Específicos:**

- Entender os fundamentos básicos do processo eletrônico, dos sistemas de informação, da inteligência artificial, da segurança da informação e do direito digital;
- Promover pesquisas para as novas relações jurídicas que se estabelecem em decorrência das novas e avançadas tecnologias;
- Habilitar o profissional do Direito para a análise da utilização da Informática e suas consequências jurídicas.

**3 CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**

- Informática jurídica e direito da internet. Informática jurídica e ferramentas de Judiciário. A informatização dos processos no Brasil. Análise dos trabalhos nacionais e internacionais sobre tecnologia da informação voltada para o Poder Judiciário.
- Necessidade, eficiência e viabilidade do processo eletrônico. Celeridade processual, técnicas e procedimentos informatizados. Acesso a bases de dados e catalogação processual. Formação técnica. Oficialidade dos atos judiciais e informatização dos procedimentos.
- Etapas de desenvolvimento dos procedimentos eletrônicos. Expediente e andamento processual: técnicas e dinâmicas de organização.

- Fundamentos de Sistemas de Informação. O Valor da Informação e do Conhecimento para a Estratégia Empresarial. Classificação dos sistemas de informação. Conceitos básicos de redes de computadores: Tipos de redes.
- Inteligência Artificial. Resolução de problemas. Métodos de busca. Conhecimento e raciocínios precisos e imprecisos. Aprendizagem. Aprendizagem de Máquina. Mineração de dados. Regressão.
- Segurança da Informação. Segurança em sistemas. Controles de acesso. Crimes por computador. Mecanismos de segurança: Proxy, Firewall, VPN, IDS. Direito digital.

#### **4 METODOLOGIA**

Considerar-se-á, quanto à metodologia, além da aula expositiva, a aplicação de outras técnicas de ensino-aprendizagem, envolvendo debates, discussão de temas e trabalhos em grupo.

#### **2 Avaliação:**

- exercícios e participação
- atividades usando o moodle
- trabalho final a ser definido: artigos, relatórios técnicos, trabalhos, etc.

#### **5 BIBLIOGRAFIA**

##### **5.1 Básica:**

- ALMEIDA FILHO, José Carlos de Araújo. Processo Eletrônico e Teoria Geral do Processo Eletrônico. 3a ed. Rio de Janeiro, Forense: 2010.
- CASTRO, Aldemário de Araújo. Manual de informática jurídica e direito da informática. Disponível em: <<http://www.aldemario.adv.br/infojur/indiceij.htm>>. Acesso em: 18 abr. 2013.
- CORRÊA, Gustavo Testa. Aspectos jurídicos da internet. São Paulo: Saraiva, 2008. 151 p.
- RUSSELL, S., NORVIG, P. Inteligência Artificial, 3a Edição, Editora Campus, 2013.
- PINHEIRO, Patrícia Peck. Direito Digital. 5 ed. São Paulo: Saraiva. 2014.
- LAUDON, Kenneth C.; LAUDON, Jane P. Sistemas de Informações Gerenciais. Editora: Pearson. 11ª Edição. São Paulo, 2014.
- MITCHELL, T. M. Machine Learning: Prentice-Hall. 1999.

##### **5.2 Complementar:**

- ASCENSÃO, José de Oliveira. Direito da internet e da sociedade da informação: estudos. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2002.
- SANTOS, Marcelo Pereira dos. O uso das novas tecnologias na prática jurídica. In: Âmbito Jurídico, Rio Grande, XV, n. 100, maio 2012. Disponível em: <[http://www.ambitojuridico.com.br/site/?n\\_link=revista\\_artigos\\_leitura&artigo\\_id=11651](http://www.ambitojuridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=11651)>.